

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE – IFS**

**PRO REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO –  
PROAD**

**DIRETORIA DE CONTABILIDADE,  
ORÇAMENTO E FINANÇAS - DICOF**

## **1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO 2022**

O objetivo das demonstrações contábeis das entidades do setor público é o de fornecer informações úteis sobre a entidade sobre a qual se presta a informação, para fins de prestação de contas e responsabilização (accountability) e para a tomada de decisão. Nesse entendimento, o resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais, não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais. (MCASP, 9ª ed., Parte V, Cap. 5, p. 524).

A análise dos dados de cada demonstrativo para elaboração das notas explicativas foi feita mediante “revisão analítica”, considerando os valores e/ou percentuais mais relevantes e a materialidade do item/conta contábil tomados de forma conjunta, ou seja, abrange os dados consolidados das unidades gestoras do IFS, por meio da análise horizontal e vertical e interdemonstrativos (identificação da contrapartida dos registros – análise cruzada).

Os demonstrativos foram extraídos do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, em formato de planilha para formatação de linhas/colunas e inserção no corpo da nota explicativa.

## **2. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2022**

### **2.1. Estrutura Institucional do IFS**

O Instituto Federal de Sergipe (IFS) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, que possui autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Foi criado pela Lei 11.892/2008, e tem como órgão executivo central a Reitoria, instalada em Aracaju, capital de Sergipe. Com base na citada lei, é regido por seu Estatuto e Regimento Geral, que regulamentam seu funcionamento e gestão.

Em sua estrutura organizacional, o IFS possui 9 (nove) campi em funcionamento, com unidade gestora (UG) no SIAFI para contabilização dos atos relativos à execução orçamentária, financeira e gestão patrimonial.

Além dos nove campi em funcionamento, encontra-se em fase de implantação a décima unidade, o Campus de Poço Redondo. Os registros relativos às despesas incorridas para esse campus durante a fase de sua implantação, visando garantir a manutenção e conservação da sua estrutura em construção, tais como, serviços de vigilância, água, energia elétrica e conservação predial, bem como as inerentes à obra em andamento, são efetuados na unidade gestora da Reitoria. Entretanto, os acréscimos patrimoniais decorrentes dos registros destas últimas na conta do Ativo Permanente, Obras em Andamento, são transferidos simultaneamente para a UG do campus. Da mesma forma, as variações patrimoniais decorrentes da aquisição de bens móveis para o campus, seja por aquisição feita pela Reitoria, seja por transferência entre unidades gestoras do IFS, são transferidos ou registrados na sua UG.

<b>UNIDADES GESTORAS DO INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE</b>		
Reitoria – órgão executivo central	Campus Aracaju	Campus São Cristóvão
Campus Lagarto	Campus Itabaiana	Campus Nossa Senhora da Glória
Campus Estância	Campus Propriá	Campus Tobias Barreto
Campus Nossa Senhora do Socorro	Campus Poço Redondo (em fase de implantação)	

Fonte: Elaboração própria (Setorial de Contabilidade do IFS)

## 2.2. Base de preparação das Demonstrações e das práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do IFS são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Bem como, seguindo as NBCASP (Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011, NBC T 16.6 R1 e 16.7 a 16.11); as NBC TSP (Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 10); as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (Portaria STN nº 700/2014); e as orientações da STN contidas no Manual SIAFI.

Elas consolidam os resultados de todas as Unidades Gestoras do IFS (Reitoria e campi), e foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI). 

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer aos diversos usuários informações sobre a situação econômico-financeira da entidade no exercício financeiro a que se referem, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa.

Compreendem estas notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF); e

V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

## **2.3. Resumo dos principais critérios e políticas contábeis**

A estrutura do orçamento público federal é estabelecida no Manual Técnico de Orçamento (MTO), elaborado pela Secretaria de Orçamento Federal, que integra a Secretaria Especial de Fazenda, subordinada ao Ministério da Economia. A Lei Orçamentária Anual – LOA –, que dispõe sobre a previsão da receita e a fixação da despesa, no âmbito da União, compreende três orçamentos, quais sejam: a) o orçamento fiscal; b) o orçamento da Seguridade Social; e c) o orçamento de investimento das empresas estatais independentes. Para fins de consolidação das contas públicas, critérios econômicos, contábeis, fiscais, orçamentários, dentre outros, os recursos da União compreendem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

### **2.3.1. Consolidação das Demonstrações Contábeis**

A União, administração centralizada do Governo Federal, adota, no momento da escrituração contábil, a metodologia de Consolidação das Demonstrações Contábeis por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens das demonstrações que compensam ou eliminam, respectivamente, as transações realizadas entre as entidades que compõem o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS, do ente econômico denominado União, do qual o IFS faz parte.

No Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, essas operações são realizadas a partir da identificação das contas contábeis que possuem o quinto nível igual a 2 – Intra-OFSS. As regras de compensação são aplicadas ao BP, ao BF, à DVP e à DFC.

Em relação à consolidação do BF e da DFC, faz-se necessário um especial destaque quanto aos saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa, quando comparados com os apresentados no BP. Os saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa do BF e da DFC são apresentados sem consolidação, já no BP ocorre a apresentação do valor consolidado, isto é, com a compensação entre ativos e passivos de quinto nível 2 – Intra-OFSS. Isso ocorre em razão da dificuldade de segregação dos fluxos exibidos no BF e na DFC, em relação às operações de natureza “Intra-OFSS”, visto que a lógica de consolidação do modelo PCASP é de saldo de contas e não de fluxos financeiros.

### **2.3.2. Conta Única do Governo Federal**

Outro aspecto relevante associado às práticas e políticas contábeis refere-se à execução financeira por todos os órgãos públicos federais. Por força do Decreto nº 93.872/1986, todas as receitas e despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, isto é, todos os recebimentos e pagamentos são realizados e controlados, observando-se o princípio da unidade de tesouraria, em um caixa único, denominado Conta Única, que é mantida no Banco Central do Brasil e gerenciada pela Secretaria do Tesouro Nacional, tendo o Banco do Brasil desempenhando a função de agente financeiro do Tesouro.

### **2.3.3. Ajustes de Exercícios Anteriores**

Outra prática contábil utilizada é a dos Ajustes de Exercícios Anteriores. Esses ajustes compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto aumentativos quanto diminutivos, afetando diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados. As contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos

da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

#### **2.3.4. Execução Orçamentária X Execução Financeira**

Execução orçamentária diz respeito à utilização dos créditos consignados na LOA. Por outro lado, a execução financeira é a utilização dos recursos financeiros no atendimento das ações orçamentárias estipuladas naquela lei. Uma está atrelada à outra, pois se houver crédito orçamentário e não existir o recurso financeiro, a despesa não pode ocorrer, assim como, se houver recursos financeiros sem que haja a disponibilidade orçamentária também não poderá ocorrer a respectiva despesa.

Os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas tributárias e não tributárias pelos entes públicos. A estimativa das receitas e das despesas é feita com base no comportamento da arrecadação ocorrida em exercícios anteriores. A previsão e a utilização de recursos públicos dependem de autorização legislativa que é dada por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Após a publicação da LOA, são registrados os créditos orçamentários no Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), podendo a partir desse momento iniciar-se a execução orçamentária e financeira do exercício, mediante registros que afetam os créditos orçamentários (por exemplo, empenho da despesa) e a utilização dos recursos financeiros (disponibilidades bancárias, por exemplo) pelo pagamento da despesa executada.

#### **2.3.5. Restos a Pagar**

Os Restos a Pagar (RP) correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente. São divididos em duas categorias:

- a) **RP não processados** – quando não ocorreu no exercício de emissão do empenho a entrega dos produtos adquiridos ou a conclusão da prestação dos serviços contratados, ou seja, não ocorreu a fase da liquidação da despesa dentro do próprio exercício em que foi empenhada.
- b) **RP processados** – quando a entrega dos produtos adquiridos ou a conclusão da prestação dos serviços contratados, bem como o registro contábil da liquidação da despesa ocorreram no exercício da emissão do empenho, mas o pagamento ficou pendente para ser realizado a partir do próximo exercício financeiro.

No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte (“resíduos passivos”); e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho.

Portanto, Restos a Pagar referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que possa vir ou venha a ocorrer o pagamento.

## **2.4. Detalhamento dos critérios contábeis adotados na Administração Pública Federal**

A seguir são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do IFS, tendo por base as normas contábeis aplicáveis ao setor público e a classificação estabelecida pelo PCASP.

### **2.4.1. Moeda funcional e saldos em Moedas estrangeiras**

Os valores monetários das demonstrações contábeis e das informações contidas nas análises deste documento são expressos na moeda

corrente nacional, o Real. O IFS não faz utilização de moeda estrangeira, portanto não há saldo da espécie.

#### **2.4.2. Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem dinheiro em caixa, disponível na Conta Única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

#### **2.4.3. Créditos a Curto Prazo**

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do órgão. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

#### **2.4.4. Estoques**

Compreendem as mercadorias para revenda (entre elas, os livros publicados pelas editoras universitárias), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. No âmbito do IFS, o método está sendo utilizado conforme as normas.

Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas de ajustes para perdas ou de redução ao valor de mercado,

quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Ainda não foi realizada análise quanto à necessidade de sua aplicação pelas unidades do IFS.

#### **2.4.5. Ativo Realizável a Longo Prazo**

Compreendem os direitos a receber a longo prazo, principalmente com: (i) créditos não tributários; (ii) dívida ativa; (iii) empréstimos e financiamentos concedidos; (iv) investimentos temporários; e (v) estoques. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. Exceção se faz aos estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para todos os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas, técnica ainda não realizada no âmbito do IFS.

#### **2.4.6. Ajuste para perdas da dívida ativa**

Os créditos sob supervisão da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) são classificados em: (i) sem decisão judicial, garantia ou parcelamento (entre eles, ajuizados e não ajuizados); (ii) parcelados; (iii) garantidos; e (iv) suspensos, por decisão judicial.

De acordo com o critério definido pelo Grupo Técnico instituído pela Portaria GMF nº 310/2014, os créditos das categorias 'ii' a 'iv' possuem 100% de recuperabilidade; portanto, não estariam sujeitos à estimativa de perdas. Apenas os créditos 'sem decisão judicial, garantia ou parcelamento' estariam sujeitos à estimativa de perdas, sendo aplicada a metodologia do histórico de

recebimentos passados, descrita no MCASP. No IFS não existe registros nessa categoria.

#### **2.4.7. Investimentos**

São compostos por participações permanentes avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial – MEP – na entidade controladora (União) e pelo Método do Custo.

As participações permanentes representam os investimentos realizados pela União em empresas, consórcios públicos e fundos. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo MEP. Não havendo, são mensurados e avaliados pelo método de custo, e são reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado. No âmbito do IFS, não há registros classificados no subgrupo investimentos.

#### **2.4.8. Imobilizado**

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. São reconhecidos inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, caso aumentem a vida útil do bem e sejam

capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

#### **2.4.9. Intangíveis**

São os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

No IFS, a totalidade dos bens intangíveis é composta por softwares, tanto de vida útil definida, os chamados softwares de prateleira, quanto de vida útil indefinida, que são os sistemas adquiridos de fornecedores e alguns poucos recebidos em doação.

#### **2.4.10. Diferido**

Consiste no saldo de ativo diferido de empresas públicas referentes a gastos pré-operacionais e que não puderam ser alocados em ativos correspondentes, quando da mudança da Lei nº 6.404/1976. O saldo seria amortizado linearmente, até 2017, conforme previsto na Lei nº 11.638/2007. No IFS, devido à sua natureza jurídica (autarquia federal), não há valor registrado neste grupo.

#### **2.4.11. Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis**

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que

não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data de início de utilização do bem. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês forem relevantes, admite-se, excepcionalmente, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No IFS não há bem imóvel não registrado no SPIUnet.

#### **2.4.12. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet**

A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) de acordo com a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de imóveis reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

O valor depreciado dos bens imóveis do IFS, que abrange a quase totalidade das unidades gestoras (Campi), é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, com a depreciação iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

#### **2.4.13. Passivos Circulantes e Não Circulantes**

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii)

empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; (iv) obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

#### **2.4.14. Empréstimos e Financiamentos**

São as obrigações financeiras, internas e externas, a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos). O IFS não possui empréstimos e financiamentos registrados.

#### **2.4.15. Provisões**

Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto. As provisões estão segregadas em seis categorias: (i) riscos trabalhistas; (ii) riscos fiscais; (iii) riscos cíveis; (iv) repartição de créditos tributários; (v) provisões matemáticas; e (vi) outras. As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. No IFS não houve a necessidade de registros de provisões em razão da não ocorrência do primeiro pressuposto (a provável possibilidade de saída de recursos). Entretanto, não há como declararmos que as provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão em conformidade com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015, combinada com a Portaria Conjunta STN/PGF nº 8, de 30 de dezembro de 2015, uma vez que, até a data de emissão deste documento, a Administração não recebeu ou não forneceu à área contábil as informações conforme disciplinam tais normativos.

#### **2.4.16. Ativos e Passivos Contingentes**

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas. Ativo contingente é um ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade.

#### **2.4.17. Apuração do resultado**

Em conformidade com o PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

### **I. Resultado Patrimonial**

A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).

A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a entidade e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. As receitas

tributárias e as transferências recebidas são exceções a esta regra, pois seguem a lógica do regime de caixa, de acordo com o modelo PCASP e em atendimento à Lei nº 4.320/1964.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimo nos benefícios econômicos para o órgão, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. Excetua-se a esta regra as despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, de acordo com o modelo PCASP, que coaduna com a Lei nº 4.320/1964.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de Superávit/Déficit do Exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

## **II. Resultado financeiro**

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa

– DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo, a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e para investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

### **III. Resultado orçamentário**

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº4.320/1964, que define que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superávit ou o déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. A fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário, o déficit é apresentado junto às receitas, enquanto o superávit é apresentado junto às despesas.

As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita conterão os valores correspondentes às receitas próprias ou aos decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na LOA.

Estudos da STN apontam que “o balanço orçamentário é estruturado para atender a um ‘ente público’ e não para demonstrar as movimentações de créditos, pois os valores concedidos são iguais aos valores recebidos entre as unidades que compõem o ente”. Entende-se por “ente” a União (OFSS), cada

um dos estados, o Distrito Federal e cada município. Portanto, a concepção de ente pode gerar confusão no BO de órgãos e de unidades gestoras, pois não apresentará os valores da coluna “Dotação Inicial” e “Dotação Atualizada”, exceto receitas próprias ou recursos vinculados. Caso o órgão não possua essas duas origens de receita, o BO demonstrará apenas a execução do crédito, visualizada na coluna de “Despesas Empenhadas”.

Os valores recebidos pelo IFS, por exemplo, provenientes do MEC ou de outros órgãos federais, não são mais visualizados no "BO", na coluna "Previsão Atualizada" da Receita, desde 2011, quando foi reformulada a sua estrutura pela STN. A justificativa para retirada da movimentação de créditos do Balanço Orçamentário foi a de que “crédito” e “dotação” não são sinônimos. Esta corresponde aos valores fixados na LOA; enquanto aquele corresponde aos valores movimentados pela execução orçamentária (dentro de um mesmo ente). Para identificar os créditos recebidos de outros órgãos não pertencentes à estrutura do IFS, deve-se gerar um relatório gerencial sobre "Movimentação Orçamentária". Portanto, os créditos recebidos ou concedidos não são adicionados ou deduzidos da coluna "Previsão Atualizada".

Cabe ressaltar que o total da "Despesa Empenhada" superior ao total da "Dotação Inicial" ou "Dotação Atualizada" pode acontecer em qualquer órgão, mas isto não representa um erro. Significa que, além do seu próprio orçamento, o órgão executou (empenhou) despesas com o orçamento de outros órgãos, por meio do recebimento de créditos orçamentários.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>41.970.047,18</b>	<b>35.903.780,48</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	22.125.711,43	21.865.555,51
Créditos a Curto Prazo	17.371.550,12	11.713.414,32
Demais Créditos e Valores	17.371.550,12	11.713.414,32
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-
Estoques	2.198.582,03	2.247.173,78
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	274.203,60	77.636,87
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>254.488.889,46</b>	<b>250.660.606,54</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	17.130,64	17.130,64
Créditos a Longo Prazo	17.130,64	17.130,64
Demais Créditos e Valores	17.130,64	17.130,64
Estoques	-	-
<b>Imobilizado</b>	<b>250.005.560,25</b>	<b>246.507.972,16</b>
Bens Móveis	25.173.653,49	29.277.347,29
Bens Móveis	70.924.484,87	69.463.821,26
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-45.750.831,38	-40.186.473,97
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-
Bens Imóveis	224.831.906,76	217.230.624,87
Bens Imóveis	224.849.092,98	221.174.227,69
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-17.186,22	-3.943.602,82
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-
<b>Intangível</b>	<b>4.466.198,57</b>	<b>4.135.503,74</b>
Softwares	4.466.198,57	4.135.503,74
Softwares	4.585.629,85	4.247.584,85
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-119.431,28	-112.081,11
Diferido	-	-
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>296.458.936,64</b>	<b>286.564.387,02</b>

<b>PASSIVO</b>		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>44.440.152,02</b>	<b>77.875.534,10</b>
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	18.187.731,75	22.909.502,68
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.847.076,02	1.770.194,67
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1.480,69	144,01
Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	24.403.863,56	53.195.692,74
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>-</b>	<b>322.842,90</b>
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	322.842,90
<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>44.440.152,02</b>	<b>78.198.377,00</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Patrimônio Social e Capital Social	-	-
<b>Resultados Acumulados</b>	<b>252.018.784,62</b>	<b>208.366.010,02</b>
Resultado do Exercício	69.113.577,14	5.029.529,89
Resultados de Exercícios Anteriores	208.366.010,02	202.092.814,52
Ajustes de Exercícios Anteriores	-25.460.802,54	1.243.665,61
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>252.018.784,62</b>	<b>208.366.010,02</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>296.458.936,64</b>	<b>286.564.387,02</b>

**QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES**

<b>ATIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	22.125.711,43	21.865.555,51	PASSIVO FINANCEIRO	38.361.943,91	31.695.567,73
ATIVO PERMANENTE	274.333.225,21	264.698.831,51	PASSIVO PERMANENTE	21.313.285,95	54.921.864,54
			SALDO PATRIMONIAL	236.783.706,78	199.946.954,75



## Relatório Contábil

Exercício 2022

### QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO		PASSIVO	
ESPECIFICAÇÃO	2021	ESPECIFICAÇÃO	2021
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos		ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>40.551.364,93</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>57.077.965,37</b>
Atos Potenciais Ativos	40.551.364,93	Atos Potenciais Passivos	57.077.965,37
Garantias e Contragarantias Recebidas	8.324.762,84	Garantias e Contragarantias Concedidas	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	31.839.713,28	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	306.853,75
Direitos Contratuais	386.888,81	Obrigações Contratuais	56.771.111,62
Outros Atos Potenciais Ativos	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-
<b>TOTAL</b>	<b>40.551.364,93</b>	<b>TOTAL</b>	<b>57.077.965,37</b>

### DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-12.685.809,12</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-3.550.423,36</b>
Educação	-3.672.446,12
Dívida Pública	-32.865,73
Alienação de Bens e Direitos	94.530,90
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	60.357,59
<b>TOTAL</b>	<b>-16.236.232,48</b>

## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2022	2021
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>414.270.607,17</b>	<b>336.599.289,97</b>
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>154.608,30</b>	<b>60.270,37</b>
Venda de Mercadorias	8.935,00	12.279,47
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	145.673,30	47.990,90
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>1.168,56</b>	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	1.168,56	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>319.787.739,08</b>	<b>324.200.412,70</b>
Transferências Intragovernamentais	318.555.888,12	316.687.778,47
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.231.850,96	7.512.634,23
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>93.613.717,58</b>	<b>11.584.765,27</b>
Reavaliação de Ativos	58.036.569,01	5.058.085,50
Ganhos com Alienação	182.939,66	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	390.980,49	652.283,75
Ganhos com Desincorporação de Passivos	35.003.228,42	5.874.396,02
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>713.373,65</b>	<b>753.841,63</b>
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	713.373,65	753.841,63
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>345.157.030,03</b>	<b>331.569.760,08</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>204.396.060,46</b>	<b>200.329.735,58</b>
Remuneração a Pessoal	162.004.095,21	157.594.321,97
Encargos Patronais	33.003.440,12	34.912.870,98
Benefícios a Pessoal	9.388.525,13	7.822.542,63
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>56.468.674,33</b>	<b>56.066.325,54</b>
Aposentadorias e Reformas	42.352.653,19	42.315.031,82
Pensões	11.490.257,98	11.137.330,67
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.625.763,16	2.613.963,05
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>29.115.808,12</b>	<b>27.076.733,89</b>
Uso de Material de Consumo	1.616.240,93	1.280.926,72
Serviços	23.037.596,05	20.620.495,11
Depreciação, Amortização e Exaustão	4.461.971,14	5.175.312,06
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>8.956,65</b>	<b>5.810,05</b>
Juros e Encargos de Mora	8.956,65	5.810,05
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>22.461.681,92</b>	<b>27.970.735,08</b>
Transferências Intragovernamentais	21.272.965,75	21.077.556,82
Transferências a Instituições Privadas	41.376,18	40.693,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.147.339,99	6.852.485,26
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>28.098.264,42</b>	<b>13.200.674,97</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	16.983.709,81	6.968.085,50
Perdas Involuntárias	273,39	11.681,21
Incorporação de Passivos	1.589.606,08	5.912.013,79
Desincorporação de Ativos	9.524.675,14	308.894,47
<b>Tributárias</b>	<b>75.583,33</b>	<b>52.612,47</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	33.256,14	25.424,62
Contribuições	42.327,19	27.187,85
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>4.532.000,80</b>	<b>6.867.132,50</b>
Incentivos	4.531.020,20	6.867.132,50
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	980,60	-
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>69.113.577,14</b>	<b>5.029.529,89</b>

### BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>86.011,00</b>	<b>86.011,00</b>	<b>158.390,94</b>	<b>72.379,94</b>
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>11.119,00</b>	<b>11.119,00</b>	<b>101.808,30</b>	<b>90.689,30</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	11.119,00	11.119,00	101.808,30	90.689,30
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	<b>8.935,00</b>	<b>8.935,00</b>
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>74.892,00</b>	<b>74.892,00</b>	<b>43.865,00</b>	<b>-31.027,00</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	74.892,00	74.892,00	43.865,00	-31.027,00
<b>Outras Receitas Correntes</b>	-	-	<b>3.782,64</b>	<b>3.782,64</b>
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	230,30	230,30
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	3.552,34	3.552,34
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	-	-	<b>189.007,50</b>	<b>189.007,50</b>
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	<b>189.007,50</b>	<b>189.007,50</b>
Alienação de Bens Móveis	-	-	189.007,50	189.007,50
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>86.011,00</b>	<b>86.011,00</b>	<b>347.398,44</b>	<b>261.387,44</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Internas</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>Operações de Crédito Externas</b>	-	-	-	-
<b>Mobiliária</b>	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>86.011,00</b>	<b>86.011,00</b>	<b>347.398,44</b>	<b>261.387,44</b>
<b>DEFICIT</b>	-	-	<b>305.683.975,38</b>	<b>305.683.975,38</b>
<b>TOTAL</b>	<b>86.011,00</b>	<b>86.011,00</b>	<b>306.031.373,82</b>	<b>305.945.362,82</b>
<b>CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS</b>	-	<b>6.928.518,00</b>	-	<b>-6.928.518,00</b>
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	1.650.698,00	-	-
Créditos Cancelados	-	5.277.820,00	-	-

DESPESA						
DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPEAS EMPENHADAS	DESPEAS LIQUIDADAS	DESPEAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPEAS CORRENTES</b>	<b>300.148.424,00</b>	<b>307.087.936,00</b>	<b>299.878.474,18</b>	<b>291.793.153,17</b>	<b>270.249.869,19</b>	<b>7.209.461,82</b>
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>254.140.652,00</b>	<b>262.954.251,00</b>	<b>254.342.525,61</b>	<b>254.264.877,34</b>	<b>235.086.462,01</b>	<b>8.611.725,39</b>
<b>Outras Despesas Correntes</b>	<b>46.007.772,00</b>	<b>44.133.685,00</b>	<b>45.535.948,57</b>	<b>37.528.275,83</b>	<b>35.163.407,18</b>	<b>-</b>
<b>DESPEAS DE CAPITAL</b>	<b>2.567.577,00</b>	<b>2.556.583,00</b>	<b>6.152.899,64</b>	<b>312.457,46</b>	<b>302.894,49</b>	<b>-</b>
<b>Investimentos</b>	<b>2.567.577,00</b>	<b>2.556.583,00</b>	<b>6.152.899,64</b>	<b>312.457,46</b>	<b>302.894,49</b>	<b>-</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPEAS</b>	<b>302.716.001,00</b>	<b>309.644.519,00</b>	<b>306.031.373,82</b>	<b>292.105.610,63</b>	<b>270.552.763,68</b>	<b>3.613.145,18</b>
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>302.716.001,00</b>	<b>309.644.519,00</b>	<b>306.031.373,82</b>	<b>292.105.610,63</b>	<b>270.552.763,68</b>	<b>3.613.145,18</b>
<b>TOTAL</b>	<b>302.716.001,00</b>	<b>309.644.519,00</b>	<b>306.031.373,82</b>	<b>292.105.610,63</b>	<b>270.552.763,68</b>	<b>3.613.145,18</b>

**ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>1.245.196,11</b>	<b>5.468.242,50</b>	<b>4.338.822,67</b>	<b>4.271.882,03</b>	<b>1.361.990,75</b>	<b>1.079.565,83</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.245.196,11	5.468.242,50	4.338.822,67	4.271.882,03	1.361.990,75	1.079.565,83
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.440.300,44</b>	<b>1.274.703,82</b>	<b>1.636.774,08</b>	<b>1.621.811,79</b>	<b>169.905,53</b>	<b>923.286,94</b>
Investimentos	1.440.300,44	1.274.703,82	1.636.774,08	1.621.811,79	169.905,53	923.286,94
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>2.685.496,55</b>	<b>6.742.946,32</b>	<b>5.975.596,75</b>	<b>5.893.693,82</b>	<b>1.531.896,28</b>	<b>2.002.852,77</b>

**ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS**

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>223.531,88</b>	<b>21.418.874,41</b>	<b>21.314.857,08</b>	<b>49.809,98</b>	<b>277.739,23</b>
Pessoal e Encargos Sociais	15.204,76	20.042.363,15	20.042.363,15	-	15.204,76
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	208.327,12	1.376.511,26	1.272.493,93	49.809,98	262.534,47
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>324.116,50</b>	<b>293.446,07</b>	<b>35.691,74</b>	<b>-</b>	<b>581.870,83</b>
Investimentos	324.116,50	293.446,07	35.691,74	-	581.870,83
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>547.648,38</b>	<b>21.712.320,48</b>	<b>21.350.548,82</b>	<b>49.809,98</b>	<b>859.610,06</b>



## Relatório Contábil

Exercício 2022

### BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>347.398,44</b>	<b>84.530,49</b>	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>306.031.373,82</b>	<b>290.515.616,98</b>
<b>Ordinárias</b>	-	-	<b>Ordinárias</b>	<b>249.400.314,28</b>	<b>248.592.404,56</b>
<b>Vinculadas</b>	<b>537.084,56</b>	<b>84.850,49</b>	<b>Vinculadas</b>	<b>56.631.059,54</b>	<b>41.923.212,42</b>
Educação	2.344,00		Educação	3.362.826,29	2.053.152,29
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	1.916.192,00	20.344.268,93
Alienação de Bens e Direitos	189.007,50	340,10	Previdência Social (RPPS)	50.994.975,60	18.642.906,47
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	345.733,06	84.510,39	Alienação de Bens e Direitos	185.266,70	
<b>(-) Deduções da Receita Orçamentária</b>	<b>-189.686,12</b>	<b>-320,00</b>	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	171.798,95	882.884,73
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>318.555.888,12</b>	<b>316.687.778,47</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>21.272.965,75</b>	<b>21.077.556,82</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	307.503.043,56	296.252.630,90	Resultantes da Execução Orçamentária	18.474.460,61	17.831.233,51
Repasso Recebido	289.031.826,55	279.000.897,68	Repasso Concedido	3.243,60	10.000,00
Sub-repasso Recebido	18.471.217,01	17.251.733,22	Sub-repasso Concedido	18.471.217,01	17.251.733,22
Independentes da Execução Orçamentária	11.052.844,56	20.435.147,57	Repasso Devolvido		569.500,29
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	10.509.043,77	19.706.249,05	Independentes da Execução Orçamentária	2.798.505,14	3.246.323,31
Movimentação de Saldos Patrimoniais	543.800,79	728.898,52	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	2.262.876,31	2.994.813,93
			Demais Transferências Concedidas	120.000,00	
			Movimento de Saldos Patrimoniais	415.628,83	251.509,38
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>36.153.956,03</b>	<b>28.626.501,21</b>	<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>	<b>27.492.747,10</b>	<b>32.725.155,60</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	21.552.846,95	21.425.468,45	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	21.350.548,82	20.248.654,82
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	13.925.763,19	6.742.946,32	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	5.893.693,82	12.269.187,80
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	262.219,40	206.917,16	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	248.504,46	205.775,16
Outros Recebimentos Extraorçamentários	413.126,49	251.169,28	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	1.537,82
Arrecadação de Outra Unidade	413.126,49	251.169,28	Demais Pagamentos		1.537,82
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>21.865.555,51</b>	<b>20.785.074,74</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>22.125.711,43</b>	<b>21.865.555,51</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	21.865.555,51	20.785.074,74	Caixa e Equivalentes de Caixa	22.125.711,43	21.865.555,51
<b>TOTAL</b>	<b>376.922.798,10</b>	<b>366.183.884,91</b>	<b>TOTAL</b>	<b>376.922.798,10</b>	<b>366.183.884,91</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2022	2021
	<b>2.031.546,44</b>	<b>8.773.664,10</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>319.389.624,95</b>	<b>317.230.055,30</b>
Receita Patrimonial	101.808,30	13.638,90
Receita Agropecuária	8.935,00	12.279,47
Receita de Serviços	43.865,00	34.352,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias	3.782,64	23.920,02
<b>Outros Ingressos Operacionais</b>	<b>319.231.234,01</b>	<b>317.145.864,91</b>
Ingressos Extraorçamentários	262.219,40	206.917,16
Transferências Financeiras Recebidas	318.555.888,12	316.687.778,47
Arrecadação de Outra Unidade	413.126,49	251.169,28
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-317.358.078,51</b>	<b>-308.456.391,20</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-263.481.212,63</b>	<b>-252.840.601,58</b>
Previdência Social	-53.983.947,69	-51.535.530,17
Educação	-209.497.264,94	-201.305.071,41
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-32.355.395,67</b>	<b>-34.330.919,82</b>
Intragovernamentais	-32.314.019,49	-34.290.226,82
Outras Transferências Concedidas	-41.376,18	-40.693,00
<b>Outros Desembolsos Operacionais</b>	<b>-21.521.470,21</b>	<b>-21.284.869,80</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-248.504,46	-205.775,16
Transferências Financeiras Concedidas	-21.272.965,75	-21.077.556,82
Demais Pagamentos		-1.537,82
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-1.771.390,52</b>	<b>-7.693.183,33</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>189.007,50</b>	<b>340,10</b>
Alienação de Bens	189.007,50	340,10
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-1.960.398,02</b>	<b>-7.693.523,43</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.628.318,02	-7.463.748,43
Outros Desembolsos de Investimentos	-332.080,00	-229.775,00
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>260.155,92</b>	<b>1.080.480,77</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL</b>	<b>21.865.555,51</b>	<b>20.785.074,74</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>	<b>22.125.711,43</b>	<b>21.865.555,51</b>

### 2.5. Notas Explicativas ao Balanço Patrimonial – BP

A seguir, são detalhados os itens mais relevantes a este demonstrativo, de acordo com as orientações da STN e dos normativos contábeis vigentes.

### **2.5.1. Caixa e Equivalentes de Caixa**

O valor disponível a que os órgãos podem sacar da Conta Única do Tesouro Nacional mantida no Banco Central do Brasil para atender às despesas é registrado na conta de “Limite de Saque com Vinculação de Pagamento”, que contém o montante/limite à disposição do órgão (inclusive os valores decorrentes de arrecadação própria).

O saldo da conta Caixa do período atual é apresentado no **Balanco Patrimonial**, como também no **Balanco Financeiro** (do lado dos Dispêndios no item Saldo para o Exercício Seguinte), como também na **Demonstração dos Fluxos de Caixa**, no item Caixa e Equivalentes de Caixa Final. A variação entre o saldo apresentado no encerramento do exercício de 2021 e no encerramento do exercício de 2022 foi positiva em R\$ 260.155,92, com um acréscimo de 1,19%. Note-se que no detalhamento desse item, no final de cada período analisado foram registrados pagamentos (OP – Ordens de Pagamento) que diminuiram sensivelmente a composição da disponibilidade em caixa. Isso se deve à nova sistemática de pagamento do SIAFI, através da assinatura de Ordem de Pagamento (OP), cuja realização definitiva (saída do numerário) somente ocorre após a geração da Ordem Bancária pelo SIAFI (automaticamente). Com a assinatura eletrônica da Ordem de Pagamento, o sistema transfere o valor do pagamento da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento – OFSS para a conta transitória Limite de Saque com Vinculação – Ordem Pagamento – OFSS. A emissão da Ordem Bancária em processo automático é feita conforme escala temporal definida pela STN de acordo com o tipo de OB. No caso de folha de pagamento de pessoal, essa emissão ocorre no primeiro dia útil do mês subsequente ao da assinatura eletrônica da OP no SIAFI, que corresponde ao último dia útil do mês a que se refere a folha de pagamento de pessoal. Na composição da conta representativa

das Ordens de Pagamentos ainda pendentes de emissão de Ordem Bancária, demonstrada na tabela 2, vemos que mais de 99% do valor dos pagamentos realizados no último dia útil do exercício em análise se refere aos desembolsos financeiros com a folha de pagamento dos servidores do IFS, relativa a competência dezembro/2022.

Tabela 1. BP: Caixa e Equivalentes de Caixa

R\$

Item	31/12/2022	31/12/2021	AH %	Diferença
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>22.125.711,43</b>	<b>21.865.555,51</b>	<b>1,19</b>	<b>260.155,92</b>
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - OFSS	1.547.930,68	945.983,02	63,63	601.947,66
Limite de Saque c/ Vinc. de Pagamento - OP - OFSS	20.577.780,75	20.919.572,49	-1,63	-341.791,74

Tabela 2. BP: Composição do Limite de Saque c/ Vinculação de Pagamento - Ordem de Pagamento

Item	31/12/2022	AV %
Pagamento de Pessoal	17.325.520,34	99,74
Demais pagamentos	46.029,78	0,26
<b>TOTAL</b>	<b>17.371.550,12</b>	<b>100,00</b>

Fontes: SIAFI Operacional

### 2.5.2. Créditos a curto prazo

Neste grupo são registrados os Créditos Tributários a Receber, Clientes, Empréstimos e Financiamentos a Receber, Dívida Ativa Não Tributária e Demais Créditos e Valores a Receber. No IFS o saldo deste grupo se refere unicamente a este último item, composto conforme a tabela abaixo, onde se demonstra que o saldo da conta Adiantamentos Concedidos a Pessoal equivale a mais de 99% do total do item. Nesta conta são registrados os adiantamentos

de férias (R\$ 15.826.069,68), de salários e ordenados (R\$ 325.527,04) e de 13º salário (R\$ 1.173.923,62).

**Tabela 3. BP: Demais Créditos e Valores a Receber - Composição R\$**

Item	31/12/2022	AV %
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	17.325.520,34	99,74
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	35.475,41	0,20
Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento	9.385,81	0,05
Créditos de energia a compensar	1.168,56	0,01
<b>TOTAL</b>	<b>17.371.550,12</b>	<b>100,00</b>

Fontes: SIAFI Operacional

### **2.5.3. Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) pagas antecipadamente**

Compreendem pagamentos antecipados de variações patrimoniais diminutivas (VPD), cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo.

Este item apresentou variação aumentativa no exercício de 253,19%. A composição da conta no final do exercício em análise está demonstrada na tabela abaixo.

A contrapartida é registrada no Passivo Circulante, com o título de Contas a Pagar Credores Nacionais, do próprio Balanço Patrimonial, no momento da contabilização da aquisição (entrada/ativo). Já no momento do fato gerador por competência (mensal), o registro da baixa deste ativo é feito em contrapartida de uma variação patrimonial diminutiva – VPD, apresentada na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP.

**Tabela 4. BP: Variações Patrimoniais Diminutivas pagas antecipadamente - Composição**

**R\$**

Item	31/12/2022	AV %
PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	69.005,50	25,17
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR	159.749,99	58,26
ALUGUÉIS PAGOS A APROPRIAR	45.448,11	16,57
<b>TOTAL</b>	<b>274.203,60</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI Operacional

#### 2.5.4. Imobilizado

O IFS possui imobilizado cujo valor contábil (deduzido da depreciação, amortização e redução ao valor recuperável) dos bens móveis e imóveis totaliza aproximadamente R\$ 250 milhões, sendo R\$ 25,1 milhões em bens móveis, o correspondente a 11,88%, e R\$ 224,8 milhões referentes a bens imóveis, que correspondem a 88,12%, conforme demonstrado na tabela adiante.

Tabela 5. BP: Imobilizado – Composição

R\$

IMOBILIZADO	31/12/2022	31/12/2021	AH%	AV% (LÍQ)
<b>Bens Móveis (Líquido)</b>	<b>25.173.653,49</b>	<b>29.277.347,29</b>	<b>-14,02%</b>	11,88%
(+) Valor Bruto Contábil	70.924.484,87	69.463.821,26	2,10%	
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acumulada de Bens Móveis	-43.750.831,38	-40.186.473,97	8,87%	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00	-	
<b>Bens Imóveis (Líquido)</b>	<b>224.831.906,76</b>	<b>217.230.624,87</b>	<b>3,50%</b>	88,12%
(+) Valor Bruto Contábil	224.849.092,98	221.174.227,69	1,66%	
(-) Depreciação/Amortização Acumulada de Bens Imóveis	-17.186,22	-3.943.602,82	-99,56%	
<b>Total (deduzido Dep/Amort/Red VI Recup)</b>	<b>250.005.530,25</b>	<b>246.507.972,16</b>	<b>1,42%</b>	
<b>TOTAL BRUTO</b>	<b>295.773.577,85</b>	<b>290.638.048,95</b>	<b>1,77%</b>	

Fonte: SIAFI Operacional

Em 31/12/2022, o Órgão apresentou saldo de R\$ 250.005.530,25 contra R\$ 246.507.972,16, apresentado em 31/12/2021, referente ao imobilizado líquido de depreciação, com um incremento líquido de 1,42%.

#### 2.5.4.1. Bens Móveis

Analisando a composição dos “Bens Móveis” no âmbito do IFS, o item de maior representatividade refere-se a “Bens de Informática”, que corresponde a 35,74% do total bruto, seguido do item “Móveis e Utensílios” correspondendo a 21,25% e de “Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas”, com 24,13% dos bens, conforme a tabela abaixo.

No que se refere ao item “Semoventes e Equipamentos de Montaria” é composto por animais diversos e utensílios de montarias de propriedade dos campi agrícolas, destinados, principalmente, às aulas práticas/experimentais.

Ressalte-se que não houve conclusão dos inventários de bens móveis nas Unidades Gestoras que confirmasse a compatibilidade dos registros do Sistema de Patrimônio com as existências. E, ainda, que existem registros no citado sistema de bens não localizados que, por deficiência do mesmo, não são apresentados à parte nos saldos do Relatório de Movimentação de Bens (RMB). Esta situação inviabiliza os registros contábeis na conta de controle de bens a localizar e torna a informação contábil, neste ponto, não confiável. Convém esclarecer que a Administração está adotando providências no sentido de corrigir, paulatinamente, tais desníveis.

Tabela 6. BP: Bens Móveis - Composição

R\$

Bens Móveis (Valor Bruto)	31/12/2022	31/12/2021	AH %	AV %
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	17.115.378,41	16.960.693,87	0,91%	24,13%

Bens de Informática	25.350.061,50	24.364.464,51	4,05%	35,74%
Móveis e Utensílios	15.072.783,27	15.235.489,07	-1,07%	21,25%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	6.169.058,53	5.809.667,26	6,19%	8,69%
Veículos	4.923.412,48	4.838.884,26	1,74%	6,94%
Bens Móveis em Almoxarifado	1.135.073,05	1.141.244,33	-0,54%	1,60%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	92.392,00	87.826,00	5,20%	0,14%
Demais Bens Móveis	1.066.325,63	1.025.551,96	3,98%	1,51%
<b>Total</b>	<b>70.924.484,87</b>	<b>69.463.821,26</b>	<b>2,10%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

#### 2.5.4.2. Bens Imóveis

Os bens imóveis do IFS totalizaram R\$ 224,8 milhões (deduzidos da depreciação e amortização). O maior montante, no valor bruto de R\$ 171,5 milhões, está registrado no grupo dos “**Bens de Uso Especial**”, que são as instalações e edifícios destinados ao funcionamento dos campi; e estão cadastrados no SPIUnet. O segundo maior montante, no total bruto de R\$ 48,3 milhões, refere-se a Bens Imóveis em Andamento (obras em andamento), isto é, construções/edificações ainda não concluídas.

Quanto à depreciação, o cálculo é realizado no SPIUnet pela SPU/ME e repassado à STN para registro no SIAFI.

Tabela 7. BP: Bens Imóveis - Composição R\$

Bens Imóveis (Valor Bruto)	31/12/2022	31/12/2021	AH %	AV %
Bens de Uso Especial	171.585.988,86	128.934.771,35	33,08%	76,31%
Bens Imóveis em Andamento	48.378.391,30	85.088.564,86	-43,14%	21,52%

Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	904.714,94	904.714,94	0,00%	0,40%
Instalações	3.979.997,88	6.246.176,54	-36,28%	1,77%
Deprec./Acum./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	-17.186,22	-3.943.602,82	-99,56%	0,00%
<b>Total (deduzida depreciação/amortização)</b>	<b>224.831.906,76</b>	<b>217.230.624,87</b>	<b>3,50%</b>	<b>99,99%</b>
<b>Total Bruto</b>	<b>224.849.092,98</b>	<b>221.174.227,69</b>	<b>1,66%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Os saldos dos Bens Imóveis de Uso Especial estão contabilizados nas contas “Imóveis de Uso Educacional”, “Terrenos/Glebas” e “Outros Bens Imóveis de Uso Especial”, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Na conta Terrenos/Glebas ocorreu redução de valor de 90,52%, correspondente a registro no SPIUNet de reclassificação de informações do imóvel destinado ao funcionamento do Campus Tobias Barreto, com desvalorização decorrente de reavaliação, no montante de R\$ 8.250.000,00, como também no Campus Itabaiana no montante de R\$ 4.255.007,57.

Por sua vez, na conta Imóveis de Uso Educacional ocorreu variação positiva de R\$ 50.086.262,99, correspondente a 43,71%. Esse aumento decorreu de registro de reavaliação feito pelos Campi Lagarto, Itabaiana e Nossa Senhora da Glória, com base em laudo pericial.

O valor de R\$ 5.543.273,30 demonstrado em Outros Bens Imóveis de Uso Especial, corresponde a registro equivocado na conta 1.2.3.2.1.01.26 – AUTARQUIAS/FUNDAÇÕES, efetuado no SPIUnet pelo Campus Tobias Barreto. O valor será transferido em 2023 para Imóveis de Uso Educacional, na forma padronizada.

Tabela 8. BP: Bens Imóveis de Uso Especial - Composição R\$

Bens Imóveis de Uso Especial (Valor Bruto)	31/12/2022	31/12/2021	AH %	AV %
Terrenos, Glebas	1.358.962,59	14.337.281,37	-90,52%	0,79%
Imóveis de Uso Educacional	164.683.752,97	114.597.489,98	43,71%	95,98%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	5.543.273,30	0,00	100,00%	3,23%

Total	171.585.988,86	128.934.771,35	33,08%	100,00%
-------	----------------	----------------	--------	---------

Fonte: Tesouro Gerencial

A composição e evolução por unidade gestora da conta Bens Imóveis em Andamento é analisada na tabela a seguir. No Campus Propriá ocorreu, no exercício, acréscimo de R\$ 683.365,45, que corresponde a 8,68%, em razão do registro de VPA decorrente da execução de despesa com a construção das suas futuras dependências. Destaca-se ainda que do valor relativo ao Campus Aracaju nessa conta, R\$ 22.450.946,74 corresponde a obra de construção de prédios administrativos e da biblioteca, a qual está paralisada desde meados de 2017.

Além disso, três campi (Tobias Barreto, São Cristóvão e Lagarto) realizaram a baixa de seus saldos nessa conta e alocação adequada nas contas correspondentes, visto que não havia mais imóveis em construção nas respectivas unidades.

Tabela 9. BP: Bens Imóveis Andamento - Composição

R\$

Bens Imóveis em Andamento (Valor Bruto)	31/12/2022	31/12/2021	AH %	AV %
CAMPUS NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	9.968.586,82	9.955.482,82	0,13%	20,61%
CAMPUS ESTÂNCIA	1.363,68	1.363,68	0,00%	0,00%

CAMPUS ITABAIANA	133.186,59	9.478.327,31	-98,59%	0,28%
CAMPUS POÇO REDONDO	7.251.549,08	7.238.795,08	0,18%	14,99%
CAMPUS TOBIAS BARRETO	0,00	7.256.517,52	-100%	-
CAMPUS N. SRA. DO SOCORRO	1.954,08	1.954,08	0,00%	0,00%
CAMPUS PROPRIÁ	8.554.779,26	7.871.413,81	8,68%	17,68%
CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO	0,00	18.977.538,76	-100%	-
CAMPUS ARACAJU	22.466.971,79	22.466.971,79	0,00%	46,44%
CAMPUS LAGARTO	0,00	1.840.200,01	-100%	-
<b>Total</b>	<b>48.378.391,30</b>	<b>85.088.564,86</b>	<b>-43,14%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI Operacional

A tabela abaixo demonstra os valores que permanecem registrados como obras em andamento nos campi, apesar de se referirem a obras já recebidas e que estão sendo utilizadas para os fins a que se destinam, portanto, que deveriam ou já ter sido baixados (nos casos em que houve registros no SPIUnet e, conseqüentemente, na conta Imóveis de Uso Educacional) ou transferidos para a conta Imóveis de Uso Educacional (nos casos em que ainda não houve registros no SPIUnet e, por consequência, na citada conta).

A setorial de contabilidade do IFS (DICO) providenciará os ajustes necessários no decorrer do terceiro trimestre de 2023.

Tabela 10. BP: Bens Imóveis Andamento a Ajustar

R\$

Obras em Andamento a baixar (contrapartida com Ajustes de Exercícios Anteriores)	31/12/2022
CAMPUS N.Sª DA GLÓRIA	9.968.586,82
CAMPUS POÇO REDONDO	7.251.549,08

CAMPUS PROPRIÁ	8.554.779,26
<b>Total</b>	<b>25.774.915,16</b>

Fonte: SIAFI Operacional - Elaboração própria da Setorial de Contabilidade do IFS

#### **2.5.4.3. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão**

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI Web, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 703/2014.

##### **a) Reavaliação**

De acordo com a Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10/12/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, quando: i) for aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; ii) houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; iii) for comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

##### **b) Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment***

O órgão não realizou teste de recuperabilidade dos seus bens no exercício. Quando adotado, devem ser seguidos os procedimentos contidos do MCASP, Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais, em conjunto com o

detalhamento explanado na Macrofunção nº 020330, do Manual SIAFI Web, disponível no sítio da STN.

### **c) Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis**

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra, a depreciação dos bens móveis é iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, caso o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O órgão possui registrado um total de R\$ 43.566.377,75, referente a depreciação acumulada de bens móveis. Deste total, R\$ 1.045.194,87 foram registrados no quarto trimestre deste ano, tendo como contrapartida uma variação patrimonial diminutiva (VPD), apresentada na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP. Cabe informar que os registros contábeis são realizados com base em relatórios mensais de depreciação, extraídos do sistema de controle patrimonial (SIPAC), considerando as normas e procedimentos existentes no tocante ao tema. Entretanto, em decorrência do explicitado no último parágrafo do item Bens Móveis (quanto à existência de bens registrados no sistema de controle como “não localizados”, cujos valores estão somados, nos Relatórios Mensais de Bens Móveis – RMB, com os dos bens efetivamente existentes), também os valores acima e os seus reflexos na DVP não refletem adequadamente o patrimônio da entidade, o que está evidenciado nos registros de conformidade contábil do órgão efetuados no SIAFI mensalmente.

### **d) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet**

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 703, de 10/12/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, e das Autarquias e Fundações Públicas Federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências. Já a depreciação é registrada no SIAFI pela STN, de acordo com informações fornecidas pela SPU, calculadas pelo SPIUnet.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, Autarquias e Fundações Públicas Federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle. A depreciação tem como marco inicial o mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

**$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$ , onde:**

**Kd = coeficiente de depreciação**

**n = vida útil da aquisição**

**x = vida útil transcorrida da aquisição**

A vida útil é definida no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Quanto aos registros da depreciação acumulada de bens imóveis, o Órgão apresenta o valor total de R\$ 9.505,21. O valor diminuiu consideravelmente em virtude de atualização/ajuste efetuados pela Coordenação Geral de Contabilidade (UG 170999) em 30/06/2022, conforme mensagem comunica (2022/0707140) enviada no dia 13/07/2022, com a finalidade de conciliar SIAFI x SPIUnet. Esses registros são efetuados em contrapartida a uma variação patrimonial diminutiva (VPD), apresentada na Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP. Tais registros, como informado acima, são realizados pela STN, com base nas informações encaminhadas pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU.

### 2.5.5. Intangível

São os direitos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas podem ser testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida deve ser revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida

útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Destaca-se que o IFS ainda não aplica tais testes.

A tabela abaixo apresenta a composição e evolução do subgrupo Intangível no final do exercício de 2022 (análises vertical e horizontal).

Em 31/12/2022, o saldo contábil dos bens do ativo intangível no IFS (descontados da amortização) apresentou o montante de R\$ 4.466.198,57.

Ocorreu evolução no exercício nos valores brutos do item “softwares com vida útil indefinida”, no montante de R\$ 257.280,00 em comparação ao saldo registrado no final do exercício de 2021, proveniente de novas aquisições. Foi evidenciada também evolução de 6,56% em Amortização Acumulada, correspondendo a R\$ 7.350,17.

Na composição do subgrupo, o item Softwares Com Vida Útil Indefinida destaca-se por representar quase a totalidade dos intangíveis, 89,87% (valores brutos). Os bens deste item não estão sujeitos à amortização, conforme definido no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e demais normas aplicadas ao tema.

A grande maioria dos registros de intangíveis no órgão está concentrada na Reitoria, cerca de 97%, onde está localizada a Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, que administra, geralmente, os contratos, aquisições e gerenciamento de softwares para utilização em todas as unidades gestoras do Órgão.

Tabela 11. BP: Intangíveis - Composição/Evolução

R\$

Item	31/12/2022	31/12/2021	AH %	AV %
Software com Vida Útil Definida	464.383,54	207.103,54	124,23%	7,53%
Software com Vida Útil Indefinida	4.121.246,31	4.040.481,31	2,00%	89,87%
Amortização Acumulada (Software com Vida Útil Definida)	-119.431,28	-112.081,11	6,56%	2,60%
<b>Total (deduzida depreciação/amortização)</b>	<b>4.466.198,57</b>	<b>4.135.503,74</b>	<b>10,88%</b>	<b>97,40%</b>

Total Bruto	4.585.629,85	4.247.584,85	5,15%	100,00%
-------------	--------------	--------------	-------	---------

Fonte: Tesouro Gerencial

### 2.5.5.1. Redução ao valor recuperável de ativos (Intangível) – Impairment

O órgão ainda não realizou teste de recuperabilidade em seus bens intangíveis.

### 2.5.5.2. Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

Esses ajustes, quando ocorrem, compõem a linha de Resultados Acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios Anteriores), que recebeu registros tanto aumentativos quanto diminutivos, afetando diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referirem a exercícios encerrados. Cabe destacar que as contas de Ajustes de Exercícios Anteriores têm a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

No exercício em análise não foram realizados Ajustes de Exercícios Anteriores no IFS relativos a bens intangíveis.

### 2.5.6. Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2022, o saldo em aberto relativo a Fornecedores e Contas a Pagar é de R\$ 1.847.076,02.

Conforme a tabela abaixo, todas as obrigações a pagar do órgão são referentes aos fornecedores nacionais, todos classificados no curto prazo (Passivo Circulante).

Tabela 12. BP: Fornecedores e Contas a Pagar - Composição/Evolução

Fornecedores	31/12/2022	31/12/2021	AH %	AV %
--------------	------------	------------	------	------

CIRCULANTE	1.847.076,02	1.770.194,67	4,34%	100,00%
Nacionais	1.847.076,02	1.770.194,67	4,34%	100,00%
<b>Total</b>	<b>1.847.076,02</b>	<b>1.770.194,67</b>	<b>4,34%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

A tabela adiante evidencia as obrigações com fornecedores e contas a pagar em 31/12/2022, por Unidade Gestora contratante.

A Reitoria é responsável por 33,94% do total a pagar. Esse volume de obrigações na Reitoria se justifica pelo fato assumir vários contratos e aquisições que atendem a todas as unidades gestoras do órgão, principalmente, gastos com obras e serviços de engenharia do programa de expansão (interiorização) e modernização dos Institutos Federais de Educação, bem como, contratos com prestação de serviços e aquisições de equipamentos para a área de Tecnologia da Informação.

**Tabela 13 – BP: Fornecedores e Contas a Pagar - Por Órgão Contratante** R\$ 1,00

Fornecedores - Órgão Contratante	31/12/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
CAMPUS Nº Sª DA GLÓRIA	41.923,56	76.037,30	2,27%	-44,86%
CAMPUS ESTÂNCIA	120.388,15	1.143,17	6,52%	10431,08%
CAMPUS ITABAIANA	26.424,54	83.674,16	1,43%	-68,42%
CAMPUS TOBIAS BARRETO	169.998,66	118.931,32	9,20%	42,94%
CAMPUS Nº Sª DO SOCORRO	74.959,67	75.030,44	4,06%	-0,09%
CAMPUS PROPRIÁ	119.009,38	53.988,78	6,44%	120,43%
REITORIA	626.977,86	523.207,51	33,94%	19,83%
CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO	290.134,18	361.231,46	15,71%	-19,68%
CAMPUS ARACAJU	290.609,90	265.577,76	15,73%	9,43%
CAMPUS LAGARTO	86.650,12	211.372,77	4,69%	-59,01%
<b>Total</b>	<b>1.847.076,02</b>	<b>1.770.194,67</b>	<b>100,00%</b>	<b>4,34%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial.

Na tabela apresentada abaixo, relacionamos os cinco fornecedores com saldos mais significativos em 31/12/2022, cujo somatório representa 61,81% do total da conta. O valor devido ao Fornecedor A refere-se a execução de obras de engenharia do programa de expansão, no Campus Glória, inscrito em restos a pagar processados em 2012, na Reitoria. Esta pendência está aguardando decisão administrativa e/ou judicial para seu pagamento ou desincorporação da obrigação.

Já a obrigação registrada em favor do Fornecedor B refere-se à prestação de serviços de vigilância armada em diversas unidades do IFS.

**Tabela 14 – BP: Fornecedores e Contas a Pagar - Por Fornecedor.** R\$ 1,00

Fornecedor	31/12/2022	31/12/2021	AV (%)
Fornecedor A: PLATAFORMA ENGENHARIA LTDA	343.113,31	343.113,31	18,58%
Fornecedor B: ORDEPSEG - SEGURANCA EIRELI	321.668,18	226.368,29	17,41%
Fornecedor C: R.P.L. ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA	275.473,76	291.593,10	14,91%
Fornecedor D: KADESCH CONTRUCOES E TERCEIRIZACAO DE SERVICOS DE MAO DE OBRA	108.014,19	44.024,59	5,85%
Fornecedor E: ALERTA SERVIÇOS EIRELI	93.396,49	46.565,81	5,06%
Demais Fornecedores	705.410,09	818.529,57	38,19%
<b>Total</b>	<b>1.847.076,02</b>	<b>1.770.194,67</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

### 2.5.7. Obrigações contratuais

Na tabela a seguir, estão segregados os compromissos contratuais de acordo com a natureza.

Em 31/12/2022, o IFS apresenta um saldo de R\$ 73,4 milhões relacionados a obrigações contratuais, referentes a parcelas de contratos em execução naquela data. Desse montante, 74,41% correspondem às obrigações contratuais do órgão relacionadas à prestação de serviços. A maior parcela dos valores aí registrados se refere aos serviços com execução de obras e serviços de engenharia, oriundos dos programas de expansão (interiorização) e de modernização dos Institutos Federais de Educação.

**Tabela 15 – BP: Obrigações Contratuais - Composição.** R\$ 1,00

Item	31/12/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Aluguéis	14.791.012,38	2.547.013,84	20,13%	480,72%
Fornecimento de Bens	3.708.437,04	3.617.053,73	5,05%	2,53%
Seguros	308.797,75	304.540,64	0,42%	1,40%
Serviços	54.677.174,47	50.302.503,41	74,41%	8,70%
<b>Total</b>	<b>73.485.421,64</b>	<b>56.771.111,62</b>	<b>100,00%</b>	<b>29,44%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

A tabela 16 a seguir, contém a distribuição dos saldos contratuais do IFS por Unidades Gestoras. Demonstra a evolução ocorrida entre os saldos de

31/12/2021 e 31/12/2022; bem como a composição do saldo no final do exercício em análise.

A Reitoria é responsável por 65,84% do total contratado pelo órgão. Esse índice é atribuído, principalmente, ao fato de que esta unidade se responsabiliza pela execução dos contratos de serviços de obras decorrentes do programa federal de expansão e reestruturação da rede de ensino, como também, pela maioria das contratações da área de TIC do órgão.

**Tabela 16 – BP: Obrigações Contratuais - Por UG Contratante** R\$ 1,00

Unidade Gestora Contratante	31/12/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
REITORIA	48.364.126,70	31.368.795,50	65,84%	54,18%
CAMPUS ARACAJU	9.601.050,21	9.879.940,26	13,07%	-2,82%
CAMPUS ITABAIANA	3.637.380,55	3.235.368,30	4,95%	12,43%
CAMPUS SÃO CRISTÓVÃO	2.524.769,22	2.488.209,13	3,44%	1,47%
CAMPUS Nª Sª DO SOCORRO	2.484.648,22	2.198.585,11	3,38%	13,01%
CAMPUS PROPRIÁ	1.681.499,66	2.033.170,13	2,29%	-17,30%
CAMPUS ESTÂNCIA	1.389.798,82	1.448.606,10	1,89%	-4,06%
CAMPUS LAGARTO	1.323.766,00	1.908.477,49	1,80%	-30,64%
CAMPUS TOBIAS BARRETO	1.247.239,85	1.133.615,97	1,70%	10,02%
CAMPUS Nª Sª DA GLÓRIA	1.202.490,48	1.031.095,92	1,64%	16,62%
<b>Total</b>	<b>73.456.769,71</b>	<b>56.725.863,91</b>	<b>100,00%</b>	<b>29,49%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Na tabela apresentada a seguir, estão relacionados os cinco contratados com os valores mais significativos e os respectivos saldos em 31/12/2022 a executar e os recebidos do exercício anterior. No total existem 200 contratos firmados pelas UG do órgão, sendo que as cinco empresas contratadas com os volumes de saldos mais representativos individualmente somaram 45,90% dos saldos existentes em 31/12/2022. Cabe salientar que a maioria dos contratos são firmados com vigência de 12 meses, podendo ser prorrogados por termos aditivos, anualmente, por até 60 meses. Exceção é feita em relação aos contratos firmados com as concessionárias de serviços públicos. Por esta razão, está entre os três maiores saldos contratuais, os firmados com as concessionárias de energia elétrica (ENERGISA) e de serviço de abastecimento de água e serviços de saneamento (DESO) – assinados para vigorarem durante 60 meses. Em primeiro lugar aparece o contrato firmado

recentemente com a Arquidiocese de Aracaju, referente ao aluguel do prédio do antigo Colégio Arquidiocesano, o qual sediará todos os setores da Reitoria, que hoje funcionam em três prédios alugados em lugares distintos. Isso trará como consequência economia financeira e orçamentária para a Instituição, além de melhorias nos ambientes de trabalho e na facilidade de acesso e comunicação interna e com o público externo, visto que toda a Reitoria passará a funcionar em um só local.

**Tabela 17 – BP: Obrigações Contratuais - Por Contratado(a)** R\$ 1,00

Unidade Gestora Contratante	30/12/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
ARQUIDIOCESE DE ARACAJU	13.800.000,00	0,00	18,78%	-%
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE DESO	6.852.588,20	7.235.845,48	9,33%	-5,30%
ENERGISA SERGIPE – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA	5.666.243,67	5.605.260,86	7,71%	1,09%
R.P.L ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA	3.849.656,42	3.331.167,18	5,24%	15,56%
ORDEPSEG - SEGURANCA EIRELI	3.559.783,27	3.443.537,56	4,84%	3,38%
Demais contratados(as)	39.757.150,08	37.155.300,54	54,10%	7,00%
<b>Total</b>	<b>73.485.421,64</b>	<b>56.771.111,62</b>	<b>100,00%</b>	<b>29,44%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial.

## 2.5.8. Precatórios

**Precatórios e requisições de pequeno valor (RPV)** são requisições expedidas pelos tribunais para que os entes públicos (neste caso, a União), façam os pagamentos a que foram condenados nos processos judiciais. Esses valores precisam ser incluídos na Lei Orçamentária Anual para serem pagos. Se requeridos até 1º de julho de cada ano, passam a compor a proposta orçamentária do ano seguinte.

**Requisições de Pequeno Valor** são obrigações oriundas de decisões judiciais transitadas e julgadas, porém definidas em lei como de pequenos valores e que não se submetem ao mesmo regime de execução dos precatórios. Os créditos de requisições de pequenos valores, assim que transitados e julgados da decisão e definida a quantia certa, deverão ser pagos dentro de um prazo de sessenta dias, conforme dispõe o §3º do art. 100 da Constituição Federal. Já os pagamentos dessas obrigações que ultrapassam o limite para ser considerado “de pequeno valor” (que são os precatórios) são

pagos na ordem cronológica de apresentação, podendo, inclusive, ultrapassar o ano em que foram reconhecidos como obrigação.

No âmbito do IFS consta um total de R\$ 322.842,90 registrado em “Precatórios de Pessoal”, a longo prazo. São relativos a processos autuados de julho a dezembro de 2021, para pagamentos em 2023.

Cabe salientar que o registro dos precatórios de pessoal no IFS, por ser uma autarquia federal, é feito pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em conformidade com a Nota Técnica SPO/CJF Nº 001/2019.

#### **2.5.9. Patrimônio Líquido – ajustes de exercícios anteriores**

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores, que “registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes”, apresentou em 31/12/2022, o saldo devedor de R\$ 25.460.802,54, diminuindo o Patrimônio Líquido (PL) do órgão. Sendo que no exercício ocorreram movimento referentes a ajustes negativos do PL, no valor de R\$ 31.348.963,10, e positivos, na ordem de R\$ 4.644.494,95. O que resultou em uma variação negativa de R\$ 26.704.468,15. Esta variação, em maior parte, decorreu de baixas na conta de Obras em Andamento, do Imobilizado, efetuadas pelos campi, ajustando o valor indevido desta conta em decorrência, uma vez que os valores dos imóveis já se encontravam devidamente contabilizadas na conta específica mediante registros feitos pelo SPIUnet. Outra menor parte da variação decorreu de registros efetuados pela Coordenação de Contabilidade do MEC, referentes a atualização de depreciação acumulada de bens imóveis relativos a cálculos do exercício anterior feitos pela SPU.

#### **2.6. Notas Explicativas à Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP**

A DVP demonstra as mutações ocorridas no patrimônio, isto é, evidencia as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. Em suma, a DVP evidencia a contrapartida dos registros realizados nos demais demonstrativos.

Adiante, são apresentadas as contrapartidas dos itens mais relevantes da DVP referentes aos registros realizados no Balanço Patrimonial.

### **2.6.1. Exploração e venda de bens, serviços e direitos – VPA**

Compreende as variações patrimoniais aumentativas auferidas com a exploração e venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, segregando-se a venda bruta das deduções (como devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos).

Conforme demonstrado na tabela abaixo, este item apresentou um acréscimo de 156,52% (R\$ 94.337,93), comparando-se o exercício de 2021 com o de 2022. No entanto, o impacto do grupo não é representativo nas Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA, tendo em vista representar apenas 0,04% destas.

**Tabela 18 – DVP: Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos**

**R\$ 1,00**

<b>Item</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AV (%)</b>	<b>AH (%)</b>
Venda de Mercadorias	8.935,00	12.279,47	5,78%	-27,24%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	145.673,30	47.990,90	94,22%	203,54%
<b>Total</b>	<b>154.608,30</b>	<b>60.270,37</b>	<b>100,00%</b>	<b>156,52%</b>

**Fonte: SIAFI Operacional**

A contrapartida dos recebimentos destas receitas (VPA) no Balanço Patrimonial é realizada na conta de “Limite de Saque” do subgrupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” (Ativo Circulante).

“Caixa e Equivalentes de Caixa” compreende o somatório dos valores em caixa, em bancos e equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato. Cabendo ressaltar que no IFS somente são realizadas movimentações bancárias, mediante a Conta Única do Tesouro Nacional.

## **2.6.2. Transferências e Delegações Recebidas – VPA**

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com recebimento de transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios, transferências do exterior e execuções orçamentárias delegadas.

O grupo "Transferências e Delegações Recebidas" representa quase a totalidade, 77,19%, das VPA em 31/12/2022, apresentando variação negativa entre os saldos de 31/12/2022 (R\$ 319.787.739,08) e de 31/12/2021 (R\$ 324.200.412,70), de 1,36%, verificada na análise da variação horizontal, conforme quadro abaixo.

**Tabela 19 – DVP: Transferências e Delegações Recebidas**

**R\$ 1,00**

<b>Item</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AV (%)</b>	<b>AH (%)</b>
Transferências Intragovernamentais	318.555.888,12	316.687.778,47	99,61%	0,59%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.231.850,96	7.512.634,23	0,39%	-83,60%
<b>Total</b>	<b>319.787.739,08</b>	<b>324.200.412,70</b>	<b>100,00%</b>	<b>-1,36%</b>

Fonte: SIAFI Web

A contrapartida destes lançamentos é efetuada em contas do Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante (Caixa e Equivalentes de Caixa/Recursos Liberados pelo Tesouro), na unidade recebedora.

### **2.6.3. Valorização e ganhos c/ ativos e desincorporação de passivos – VPA**

Compreende a variação patrimonial aumentativa com reavaliação e ganhos de ativos, bem como com a desincorporação de passivos.

Este grupo apresentou um acréscimo substancial de 708,08%, comparando-se o saldo do exercício de 2021 (R\$ 11.584.765,27) com o mesmo período de 2022 (R\$ 93.613,717,58). Esta variação deveu-se, principalmente, a registros de reavaliações de bens imóveis (R\$ 58,0 milhões) e de baixa por comprovação de TED efetuadas pela SPO/MEC (R\$ 35,0 milhões), que correspondem, respectivamente, a 62% e 37,38% do total do grupo.

**Tabela 20 – DVP: Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos**

**R\$ 1,00**

<b>Item</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AV (%)</b>	<b>AH (%)</b>
Reavaliação de Ativos	58.036.569,01	5.058.085,50	62,00%	1047,40%
Ganhos com Alienação	182.939,66	-	0,20%	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	390.980,49	652.283,75	0,42%	-40,06%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	35.003.228,42	5.874.396,02	37,38%	495,86%
<b>Total</b>	<b>93.613.717,58</b>	<b>11.584.765,27</b>	<b>100,00%</b>	<b>708,08%</b>

Fonte: SIAFI Operacional

### **2.6.4. Pessoal e encargos – VPD**

Compreende a remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público. E, ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos

órgãos e demais entidades do setor público, e contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal.

Este grupo, conforme visto no quadro abaixo, apresentou um aumento de 2,03%, ou seja, houve acréscimo de R\$ 4.066.324,88, entre os gastos ocorridos no exercício de 2022 e o mesmo período de 2021. Destaque-se que este grupo possui o maior percentual de participação no total das variações patrimoniais diminutivas, correspondente a 59,22%.

Destaca-se nesse subgrupo das VPD o item Remuneração a Pessoal, com participação na ordem de 79,26% do total do subgrupo (Pessoal e Encargos). Em relação à execução no mesmo período do exercício anterior ocorreu um acréscimo de 2,80% (análise horizontal).

Tabela 21 – DVP: Pessoal e encargos – VPD

R\$ 1,00

Item	31/12/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Remuneração a Pessoal	162.004.095,21	157.594.321,97	79,26%	2,80%
Encargos Patronais	33.003.440,12	34.912.870,98	16,15%	-5,47%
Benefícios a Pessoal	9.388.525,13	7.822.542,63	4,59%	20,02%
<b>Total</b>	<b>204.396.060,46</b>	<b>200.329.735,58</b>	<b>100,00%</b>	<b>2,03%</b>

Fonte: SIAFI Web

Os registros de tais VPD tiveram como contrapartida contas do subgrupo “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo” do Passivo Circulante (Balanço Patrimonial).

### **2.6.5. Benefícios Previdenciários e Assistenciais – VPD**

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios de caráter contributivo, do regime próprio da previdência social (RPPS) e do regime geral de previdência social (RGPS), bem como as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao

enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais.

No IFS, as VPD relacionadas a Benefícios Previdenciários e Assistenciais no período em análise ocorreram conforme a tabela abaixo.

Os itens “Aposentadorias e Reformas” e “Pensões” compuseram, em 31/12/2022, mais de 95% das VPD do subgrupo. Estes itens acumulam, respectivamente, os registros decorrentes da contabilização da folha de pagamento de ex-servidores estatutários, isto é, vinculados ao RPPS (Lei 8.112/90), e de pensões decorrentes de morte de servidores ativos e inativos também vinculadas ao RPPS.

**Tabela 22 – DVP: Benefícios Previdenciários e Assistenciais – VPD**

**R\$ 1,00**

<b>Item</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>AV (%)</b>	<b>AH (%)</b>
Aposentadorias e Reformas	42.352.653,19	42.315.031,82	75,00%	0,09%
Pensões	11.490.257,98	11.137.330,67	20,35%	3,17%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.625.763,16	2.613.963,05	4,65%	0,45%
<b>Total</b>	<b>56.468.674,33</b>	<b>56.066.325,54</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,72%</b>

Fonte: SIAFI Web

Os registros dessas VPD tiveram como contrapartida contas do subgrupo “Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo”, do Passivo Circulante (Balanço Patrimonial).

#### **2.6.6. Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo – VPD**

É composto pelo somatório das Variações Patrimoniais Diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que são registradas no grupo específico Despesas de Pessoal e Encargos. Compreende: diárias, material de consumo, material de distribuição

gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, arrendamento mercantil operacional, aluguel, depreciação, amortização, exaustão, entre outras.

Este grupo representa, no final do exercício de 2022, 8,44% do total de variações patrimoniais diminutivas (VPD).

Conforme a tabela abaixo, este grupo apresentou um acréscimo de 7,53% (AH), em relação aos períodos analisados (2022 x 2021).

Com exceção do item “Depreciação, Amortização e Exaustão”, todos os demais itens do grupo sofreram acréscimo quando comparados períodos (2022 x 2021), sendo o maior deles o item “Uso de Material de Consumo”, com 26,18%, variando em termos monetários R\$ 335.314,21, com participação de 0,47% no total das VPD no exercício analisado.

Tabela 23 – DVP: Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo – VPD

R\$ 1,00

Item	31/12/2022	31/12/2021	AV (%)	AH (%)
Uso de Material de Consumo	1.616.240,93	1.280.926,72	5,55%	26,18%
Serviços	23.037.596,05	20.620.495,11	79,12%	11,72%
Depreciação, Amortização e Exaustão	4.461.971,14	5.175.312,06	15,33%	-13,78%
<b>Total</b>	<b>29.115.808,12</b>	<b>27.076.733,89</b>	<b>100,00%</b>	<b>7,53%</b>

Fonte: SIAFI Web

As contrapartidas dos registros contábeis que movimentaram este grupo de variações patrimoniais diminutivas foram realizadas no Balanço Patrimonial, conforme segue:

- Referentes ao item “Uso de material de consumo”, contrapartida no subgrupo “Estoques”, do Ativo Circulante;
- Referentes ao item “Serviços”, contrapartida no subgrupo “Fornecedores e contas a pagar a curto prazo”, do Passivo Circulante.

- c) Referentes ao item “Depreciação, amortização e exaustão”, contrapartida no subgrupo “Imobilizado”, para a depreciação, e no subgrupo “Intangível”, para a amortização, ambos do Ativo não Circulante.

## **2.7. Notas Explicativas ao Balanço Orçamentário – BO**

A seguir, são apresentadas as notas relativas ao Balanço Orçamentário e aos Restos a Pagar.

### **2.7.1. Receita Orçamentária**

Para elaboração das notas do Balanço Orçamentário, considera-se a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada da despesa, que correspondem às alterações à previsão e fixação inicialmente consignadas na LOA.

No final do exercício 2022, as receitas realizadas atingiram o montante de R\$ 347.398,44, e as despesas empenhadas perfizeram o total de R\$ 306.031.373,82, gerando resultado orçamentário deficitário de R\$ 305.683.975,38.

Essa disparidade é justificada pelas seguintes informações: **i)** a coluna da Previsão Atualizada, assim como a das Receitas Realizadas contêm os valores correspondentes às receitas próprias arrecadadas pelos órgãos, não se computando os créditos orçamentários recebidos correspondentes às despesas fixadas (Dotação Atualizada); e, **ii)** os créditos orçamentários não são mais demonstrados no BO, face à metodologia de elaboração do BO por ente federativo e não por órgão.

Para compreender essa situação, deve-se reportar ao Balanço Financeiro e identificar nos itens dos Ingressos que correspondem à contrapartida dos créditos orçamentários recebidos no decorrer do exercício, quais sejam:

### Receitas Orçamentárias

**+ Transferências Financeiras Recebidas**

**- Resultantes da Execução Orçamentária**

Analisando-se a realização da receita por categoria econômica (tabela abaixo), as Receitas Correntes representam 45,59% do total arrecadado, enquanto as Receitas de Capital correspondem a 54,41%. A realização de receitas de capital, que não estava prevista na LOA de 2022, decorreu da alienação de semoventes (bovinos) realizada pelo Campus São Cristóvão.

Tabela 24 – BO: Receitas previstas e arrecadadas por Categoria Econômica

R\$ 1,00

CATEGORIA ECONÔMICA	Previsão Atualizada	Realização da Receita	% Realização / Previsão	% AV (Realização)
Receitas Correntes	86.011,00	158.390,94	184,15%	45,59%
Receitas de Capital	-	189.007,50	-	54,41%
<b>Total das Receitas</b>	<b>86.011,00</b>	<b>347.398,44</b>	<b>403,90%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Siafi Web

A tabela seguinte demonstra a composição de cada grupo das receitas (Correntes e de Capital).

Até o final do exercício 2022, foram realizados 184,15% do total das Receitas Correntes previstas, representados pelo valor de R\$ 158.390,94; sendo que parte deste valor (R\$ 72.379,94) se refere a itens não previstos na LOA. Das receitas correntes realizadas, o maior volume ocorreu nas Receitas Patrimoniais, correspondendo a 29,31% do total de receitas arrecadas, devido à realização não prevista de receitas de Alienação de Bens, já analisada acima.

Tabela 25 – BO: Origem das receitas arrecadadas – Composição

R\$ 1,00

ORIGEM DAS RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	% REALIZ / PREVISÃO	% Composição REALIZAÇÃO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>86.011,00</b>	<b>158.390,94</b>	<b>184,15%</b>	<b>45,59%</b>
Receita Patrimonial	11.119,00	101.808,30	915,62%	29,31%
Receita Agropecuária	-	8.935,00	-	2,57%
Receitas de Serviços	74.892,00	43.865,00	58,57%	12,63%
Outras Receitas Correntes	-	3.782,64	-	1,09%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>189.007,50</b>	<b>-</b>	<b>54,41%</b>
Alienação de Bens	-	189.007,50	-	54,41%
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>86.011,00</b>	<b>347.398,44</b>	<b>403,90%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Siafi Web

### 2.7.2. Despesa Orçamentária

No conjunto da execução da despesa orçamentária no âmbito do IFS, no exercício 2022, as despesas empenhadas totalizaram R\$ 306 milhões, o correspondente a 98,83% da dotação atualizada (R\$ 309,6 milhões). Na categoria despesas de capital foram empenhadas R\$ 6,1 milhões que corresponde a 240,67% da dotação atualizada.

O alto volume executado/empenhado nas despesas de capital é proveniente de créditos orçamentários provenientes de Termo de Execução Descentralizada – TED e de emendas parlamentares na Reitoria e nos campi. Já nas despesas correntes se justifica pelo fato de que nesta categoria econômica estão incluídas as despesas com pessoal, bem como as despesas de outros custeios vinculadas a contratos de serviços continuados.

**Tabela 26 – BO: Despesas executadas por Categoria Econômica**

R\$ 1,00

CATEGORIA ECONÔMICA	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	% Execução (Empenhada/Dotação)	AV % Empenhado/Total Empenhado
Despesas Correntes	307.087.936,00	299.878.474,18	97,65%	97,99%
Despesas de Capital	2.556.583,00	6.152.899,64	240,67%	2,01%
<b>Total das Despesas</b>	<b>309.644.519,00</b>	<b>306.031.373,82</b>	<b>98,83%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Siafi Web

Na tabela adiante são apresentadas as despesas executadas/empenhadas por grupo.

Das Despesas Correntes, o grupo que apresentou o maior montante de execução foi o de Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 254,3 milhões, o equivalente a 96,73% em relação ao total das despesas correntes empenhadas pelo IFS no exercício.

**Tabela 27 – BO: Despesas executadas por Grupo**

R\$ 1,00

GRUPO DESPESAS CORRENTES	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	% DESP EMP /DOT	AV (EMPENHADAS)
1 – Pessoal e Enc. Sociais	262.954.251,00	254.342.525,61	96,73%	83,11%
3 - Outras Despesas Correntes	44.133.685,00	45.535.948,57	103,18%	14,88%
<b>Total das Despesas Correntes</b>	<b>307.087.936,00</b>	<b>299.878.474,18</b>	<b>97,65%</b>	<b>97,99%</b>
GRUPO DESPESAS DE CAPITAL	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	% DESP EMP /DOT	AV (EMPENHADAS)
4 – Investimentos	2.556.583,00	6.152.899,64	240,67%	2,01%
<b>Total das Despesas de Capital</b>	<b>2.556.583,00</b>	<b>6.152.899,64</b>	<b>240,67%</b>	<b>2,01%</b>

Fonte: Siafi Web

A tabela a seguir demonstra a composição da execução por elemento dentro dos respectivos grupos de despesas.

Verifica-se que o elemento de despesa Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil, concorreu com 53,85% da despesa total executada no exercício; sendo seguido pelo elemento relativo às despesas com Aposentadoria do Regime Próprio de Previdência Privada, com 13,77% das despesas empenhadas até o final de 2022. Ambos pertencem ao Grupo Pessoal e Encargos. No grupo de Outras Despesas Correntes, o elemento de maior execução foi o relativo a locação de mão de obra (terceirização), com 2,57% do total das despesas empenhadas no exercício.

**Tabela 28 – BO: Execução Orçamentária por Elemento de Despesa**

**R\$ 1,00**

CÓDIGO	Elemento Despesa	Despesas Empe- nhadas	AV (%)
11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	164.812.815,82	53,85%
01	APOSENT. RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR. MILITAR	42.132.350,87	13,77%
13	OBRIGACOES PATRONAIS	31.724.289,18	10,37%
37	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	14.941.834,86	4,88%
03	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	11.442.401,18	3,74%
46	AUXÍLIO-ALIMENTACAO	6.338.691,16	2,07%
39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	7.867.551,15	2,57%
DEMAIS DESPESAS		26.771.439,60	8,75%
<b>TOTAL</b>		<b>306.031.373,82</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

### **2.7.3. Restos a pagar**

Conforme disposto no art. 67 do Decreto nº 93.872/1986, os Restos a Pagar não Processados (RPNP) correspondem às despesas que, embora empenhadas no exercício corrente, não foram liquidadas até 31 dezembro, em decorrência da não conclusão da entrega dos bens e/ou da prestação dos serviços contratados, como também da aferição ou entrega de obras no exercício.

Para elaboração desta nota explicativa, consideraram-se os RPNP apresentados no Balanço Orçamentário, computando-se também o orçamento (créditos orçamentários) recebidos de outros órgãos para execução de programas governamentais.

A inscrição dos empenhos em restos a pagar não processados é feita pela Secretaria do Tesouro Nacional, no SIAFI, em 31 de dezembro de cada exercício financeiro, com base na indicação, pelos ordenadores de despesas, dos saldos de empenhos que devem ser inscritos (despesas empenhadas e não liquidadas), conforme as Macrofunções 020318 – ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO, e 020317 – RESTOS A PAGAR –, do Manual SIAFI.

O saldo dos RPNP (soma dos empenhos inscritos no exercício com os de exercícios anteriores reinscritos) reduz à medida em que as respectivas despesas são liquidadas, transformando-se em Restos a Pagar Processados a Pagar, enquanto estiver pendente o último estágio da despesa pública (o pagamento). Pois a Lei nº 4.320/1964 considera como executada a “despesa empenhada”, ao dispor no seu art. 35 que pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhadas.

Houve, portanto, redução de 44,86% nas despesas inscritas/reinscritas na rubrica de RPNP, entre os períodos comparados, representando uma diferença para menos, em termos monetários, no montante de R\$ 7.669,955,03.

Tabela 29 – BO: RPNP inscritos e reinscritos

R\$ 1,00

RPNP Inscritos e Reinscritos	31/12/2022	31/12/2021	% Evolução	Diferença
RPNP inscritos em 31/12 do Exercício Anterior	6.742.946,32	12.537.370,10	-46,22%	-5.794.423,78
RPNP inscritos em Exercícios Anteriores	2.685.496,55	4.561.027,80	-41,12%	-1.875.531,25
<b>TOTAL</b>	<b>9.428.442,87</b>	<b>17.098.397,90</b>	<b>-44,86%</b>	<b>-7.669.955,03</b>

Fonte: SIAFI Web, BO, 2022-2021. Saldo em 31/12/2021 (empenhos de 2020) e saldo em 31/12/2022 (empenhos de 2021).

A tabela seguinte apresenta o somatório dos RPNP inscritos (empenhos de 2021) e reinscritos (empenhos de 2020 e de anos anteriores) na data-base de 31/12/2022, com a execução por categoria econômica da despesa. Verifica-se que foram executados/liquidados até o período 60,69% do total das despesas inscritas e reinscritas na rubrica de RPNP, no âmbito do IFS. As

Despesas Correntes, que se referem às despesas com manutenção administrativa, incluindo Pessoal e Encargos Sociais apresentaram execução de 61,82%, e as Despesas de Capital, 57,91%.

**Tabela 30 – BO: Execução de RPNP por categoria econômica** **R\$ 1,00**

	(1)	(2)	(3) = (1) - (2)	(4)	(5) = (4) / (3)
RPNP por Categoria Econômica	Total inscrições RPNP	CANCELADOS	Inscrições RPNP (-) Cancelados	LIQUIDADOS	% Liq/Insc.
DESPESAS CORRENTES	6.713.438,61	160.080,16	6.553.358,45	4.051.130,02	61,82%
DESPESAS DE CAPITAL	2.715.004,26	74.684,88	2.640.319,38	1.528.910,13	57,91%
<b>TOTAL</b>	<b>9.428.442,87</b>	<b>234.765,04</b>	<b>9.193.677,83</b>	<b>5.580.040,15</b>	<b>60,69%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

A tabela adiante apresenta a composição dos RPNP executados por grupo de despesa, deduzindo-se o saldo dos cancelamentos. Nas Despesas Correntes, somente houve execução no item Outras Despesas Correntes (ODC), com R\$ 4 milhões, representando 61,82% dos valores inscritos para o grupo. Nas Despesas de Capital, ocorreu execução em Investimentos, com 57,91% dos valores inscritos.

**Tabela 31 – BO: Execução de RPNP por Grupo de Despesa** **R\$ 1,00**

	1	2	(3) = (1) - (2)	4	(5) = (4) / (3)
RPNP por Grupo de Despesa	Total Inscrições RPNP	CANCELADOS	Total RPNP (-) Cancelados	LIQUIDADOS	% Liquidados /Inscritos
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>6.713.438,61</b>	<b>160.080,16</b>	<b>6.553.358,45</b>	<b>4.051.130,02</b>	<b>61,82%</b>
Outras Despesas Correntes	6.713.438,61	160.080,16	6.553.358,45	4.051.130,02	61,82%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.715.004,26</b>	<b>74.684,88</b>	<b>2.640.319,38</b>	<b>1.528.910,13</b>	<b>57,91%</b>
Investimentos	2.715.004,26	74.684,88	2.640.319,38	1.528.910,13	57,91%
<b>TOTAL</b>	<b>9.428.442,87</b>	<b>234.765,04</b>	<b>9.193.677,83</b>	<b>5.580.040,15</b>	<b>60,69%</b>

Fonte: Tesouro Gerencial

Até a publicação do Decreto nº 9.428, de 29 de junho de 2018, a maioria dos recursos de RPNP no âmbito do MEC referiam-se às situações excepcionalizadas pelo artigo 68, inciso II, do Decreto nº 93.872/1986, que abrangia as despesas relativas ao PAC, recursos da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE classificados na fonte de recursos 12 (MDE), extinta em 2017 pela SOF, e demais fontes de recursos. Com a extinção dessa fonte, foi criado o Identificador de Uso “8” para registrar os recursos destinados à educação independentemente da fonte de recursos; a segregação também é feita por meio do identificador (EOF = RP3), categorizados pelo atributo Siafi “Lei Calmon” (= SIM).

Até 2018, a proporção dos recursos inscritos em restos a pagar provenientes da “Lei Calmon” era de aproximadamente 80% e; e criação do IDUSO 8 para identificação das despesas com MDE, a proporção vem diminuindo. As tabelas adiante apresentam os recursos identificados pelo atributo “Lei Calmon” e pelo IDUSO 8, que possuem valores aproximados de R\$ 8,6 milhões.

**Tabela 32 – BO: RPNP – recursos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Lei Calmon) R\$ 1,00**

LEI CALMON	1	2	(3) = (1) - (2)	4	(5) = (4) / (3)
	Total inscrições RPNP	Cancelados	Total RPNP (-) Cancelados	Liquidados	% Líq./Insc.
NAO	795.865,94	228.181,97	567.683,97	402.007,27	70,82%
<b>SIM</b>	8.632.576,93	1.303.714,31	7.328.862,62	5.573.589,48	76,05%
TOTAL	9.428.442,87	1.531.896,28	7.896.546,59	5.975.596,75	75,67%
<b>% Lei Calmon (SIM/Total)</b>	<b>91,56%</b>	<b>85,10%</b>	<b>92,81%</b>	<b>93,27%</b>	

Fonte: Tesouro Gerencial

**Tabela 33 – BO: RPNP – recursos de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (IDUSO 8) R\$ 1,00**

IDUSO 8	1	2	(3) = (1) - (2)	4	(5) = (4) / (3)
	Total inscrições RPNP	Cancelados	Total RPNP (-) Cancelados	Liquidados	% Líq./Insc.
REC.NAO DESTINA CONTRAPARTIDA, PARA IDENTIFIC. DAS DESPESAS COM M.D.E	8.632.576,93	1.303.714,31	7.328.862,62	5.573.589,48	76,05%

Fonte: Tesouro Gerencial

## 2.8. Notas Explicativas ao Balanço Financeiro – BF

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, o Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

### 2.8.1. Ingressos e dispêndios

As tabelas 34 e 35, a seguir, apresentam os ingressos e os dispêndios ocorridos no exercício 2022 em comparação com 2021. Verifica-se que as despesas orçamentárias tiveram um acréscimo de 5,34%, enquanto as receitas orçamentárias um acréscimo de 310,97%. Esses acréscimos foram provenientes de arrecadação de receita não prevista na LOA referente a leilão de semoventes, como explanado nas notas sobre o Balanço Orçamentário. Os recebimentos extraorçamentários apontaram um acréscimo de 26,30% no período comparado, e os desembolsos extraorçamentários um decréscimo de 15,99%.

Tabela 34 – BF: Principais grupos de ingressos financeiros do IFS

R\$ 1,00

INGRESSOS	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%) 2022
Receitas Orçamentárias	347.398,44	84.530,49	310,97%	0,09%
Transferências Financeiras Recebidas	318.555.888,12	316.687.778,47	0,59%	84,51%
Recebimentos Extraorçamentários	36.153.956,03	28.626.501,21	26,30%	9,59%
Caixa e Equivalentes de Caixa (Ex.Anterior)	21.865.555,51	20.785.074,74	5,20%	5,80%
<b>TOTAL</b>	<b>376.922.798,10</b>	<b>366.183.884,91</b>	<b>2,93%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI Web

**Tabela 35 – BF: Principais grupos de dispêndios financeiros do IFS (R\$ 1,00)**

DISPÊNDIOS	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%) 2022
Despesas Orçamentárias	306.031.373,82	290.515.616,98	5,34%	81,19%
Transferências Financeiras Concedidas	21.272.965,75	21.077.556,82	0,93%	5,64%
Pagamentos Extraorçamentários	27.492.747,10	32.725.155,60	-15,99%	7,29%
Caixa e Equivalentes de Caixa (Exercício Seguinte)	22.125.711,43	21.865.555,51	1,19%	5,87%
<b>TOTAL</b>	<b>376.922.798,10</b>	<b>366.183.884,91</b>	<b>2,93%</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: SIAFI Web.

## 2.8.2. Resultado financeiro apurado

O resultado financeiro do exercício em análise foi superavitário em R\$ 260.155,92. Comparando-se com o do exercício anterior, onde também ocorreu superavit, houve uma variação percentual negativa equivalente a 75,92%.

**Tabela 36 – BF: Resultado financeiro**

INGRESSOS	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
Total dos Ingressos	355.057.242,59	345.398.810,17	2,80%
(-) Total dos Dispêndios	354.797.086,67	344.318.329,40	3,04%
<b>= RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>260.155,92</b>	<b>1.080.480,77</b>	<b>-75,92%</b>

Fonte: SIAFI Web

## 2.8.3. Transferências financeiras recebidas e concedidas no exercício

Pela tabela abaixo, verifica-se que as Transferências Financeiras Recebidas (ingressos) no exercício, totalizaram R\$ 318.555.888,12, enquanto as Transferências Financeiras Concedidas (saídas) somaram somente R\$ 21.272.965,75. Esta disparidade é justificada, principalmente, pelo recebimento de recursos para realizar os pagamentos de despesas de pessoal

do Órgão, os quais são realizados somente pela Unidade Reitoria. Conforme informação contida na Nota Explicativa da DVP, relativa às despesas com pessoal e encargos somada à benefícios previdenciários e assistenciais que consome maior parte dos recursos financeiros aportados. Ou seja, a maior parcela dos recursos oriundos de “Transferências Financeiras Recebidas”, no Órgão, é utilizada para pagamento de despesas de pessoal pela Reitoria. Além disso, a Reitoria ainda realiza suas próprias despesas com outros custeios e capital, bem como executa algumas outras em benefício direto aos campi, a exemplo de aquisição de equipamentos estratégicos, como computadores e despesas com projetos de pesquisas e extensão. A parcela restante é descentralizada através de “Transferências Financeiras Concedidas” para execução de despesas com outros custeios e de capital nas unidades gestoras dos campi.

Tabela 37 – BF: Transferências financeiras recebidas e concedidas

R\$ 1,00

Transferências Financeiras Recebidas	31/12/2022	Composição %	Transferências Financeiras Concedidas	31/12/2022	Composição %
<b>Resultantes da Execução Orçamentária</b>	<b>307.503.043,56</b>	96,53%	<b>Resultantes da Execução Orçamentária</b>	<b>18.474.460,61</b>	86,84%
Repasso Recebido	289.031.826,55	90,73%	Repasso Concedido	3.243,60	0,02%
Sub-repasso Recebido	18.471.217,01	5,80%	Sub-repasso Concedido	18.471.217,01	86,83%
<b>Independentes da Execução Orçamentária</b>	<b>11.052.844,56</b>	3,47%	<b>Independentes da Exec Orçamentária</b>	<b>2.798.505,14</b>	13,16%
Transf. Recebidas para Pagamento de RP	10.509.043,77	3,30%	Transferências Conc para Pagto de RP	2.262.876,31	10,64%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	543.800,79	0,17%	Demais Transferências Concedidas	120.000,00	0,56%
			Movimento de Saldos Patrimoniais	415.628,83	
<b>TOTAL</b>	<b>318.555.888,12</b>	<b>100,00%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>21.272.965,75</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI

As Transferências Financeiras Resultantes da Execução Orçamentária são compostas, em sua grande maioria, pelas rubricas: **a)** cota; **b)** repasse; e **c)** sub-repasso. Elas representam a disponibilidade financeira correspondente aos recursos orçamentários (créditos orçamentários) aprovados

pela LOA, movimentados da seguinte forma (mesma sistemática para as concessões):

- a) Recursos financeiros recebidos pelo MEC do Tesouro Nacional: **cota**;
- b) Recursos financeiros recebidos pelo IFS provenientes do MEC: **repassse**;
- c) Recursos financeiros repassados pela Reitoria aos campi: **sub-repassse**.

Para compreender melhor as informações relacionadas às transferências financeiras, devemos nos reportar ao Balanço Orçamentário (BO).

Conforme mencionado nas Notas Explicativas do BO, que trata do Resultado Orçamentário, os créditos orçamentários movimentados pelos órgãos durante o exercício, não são mais demonstrados na coluna da “Previsão Atualizada” da Receita, mas na coluna das “Despesas Empenhadas”, à medida que são executados (empenhados) e pagos. As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita contêm os valores correspondentes às receitas próprias ou aos decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão.

As Transferências Financeiras Independentes da Execução Orçamentária são destinadas, em sua grande maioria, ao pagamento de Restos a Pagar. Esse item possui essa denominação por não se referir à execução dos recursos do orçamento relativo ao exercício corrente, mas à execução de orçamento de exercícios anteriores.

Na tabela acima, verifica-se que o órgão recebeu durante o exercício recursos oriundos de transferências financeiras para pagamento de restos a pagar no montante de R\$ 10.509.043,77 sendo que desse total, R\$ 2.262.876,31 foram transferidos às suas unidades vinculadas (Campi), para pagamento de seus compromissos de restos a pagar e o restante foi utilizado no pagamento de RP da própria Reitoria. Sendo que boa parte dos recursos executados pela Reitoria foram aplicados em benefício direto aos campi, mormente, em obras vinculadas à ação de Expansão da Educação Tecnológica, gerida pelo MEC.

## 2.9. Notas Explicativas à Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC

### 2.9.1. Ingressos de caixa

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalentes de caixa da DFC corresponde ao resultado financeiro apurado no BF. No exercício 2022, a geração líquida de caixa foi superavitária em R\$ 260.155,92, apresentando variação percentual negativa entre os períodos analisados de 75,92% como demonstram as tabelas abaixo:

Tabela 38 – DFC x BF: Geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

R\$ 1,00

Demonstração dos Fluxos de Caixa	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	22.125.711,43	21.865.555,51	1,19%
(-) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	21.865.555,51	20.785.074,74	5,20%
<b>GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>260.155,92</b>	<b>1.080.480,77</b>	<b>-75,92%</b>

Balanco Financeiro	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
Caixa e Equivalentes de Caixa: Saldo para o Exercício Seguinte	22.125.711,43	21.865.555,51	5,87%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa: Saldo do Exercício Anterior	21.865.555,51	20.785.074,74	5,20%
<b>(=) Resultado Financeiro</b>	<b>260.155,92</b>	<b>1.080.480,77</b>	<b>-75,92%</b>

Fonte: SIAFI Web

Adiante, são apresentadas as atividades que contribuem para a formação de caixa do órgão.

**As atividades operacionais** compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extraorçamentárias do órgão.

**As atividades de investimento** estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão, por tratar-se de investimentos. As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas. As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com o propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos.

**As atividades de financiamento** compreendem as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes.

Tabela 39 – DFC: Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa – Atividades

R\$ 1,00

Atividades	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2.031.546,44	8.773.664,10	-76,84%
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	-1.771.390,52	-7.693.183,33	-76,97%
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	-	-	-
<b>Total</b>	<b>260.155,92</b>	<b>1.080.480,77</b>	<b>-75,92%</b>

Fonte: SIAFI Web

Os fluxos de caixa das atividades operacionais tiveram resultado positivo de R\$ 2.031.546,44, conforme demonstrado na tabela abaixo:

**Tabela 40 – DFC: Atividades Operacionais – Ingressos e Desembolsos**

**R\$ 1,00**

Atividades Operacionais	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
INGRESSOS	319.389.624,95	317.230.055,30	0,68%
DESEMBOLSOS	-317.358.078,51	-308.456.391,20	2,89%
<b>Total</b>	<b>2.031.546,44</b>	<b>8.773.664,10</b>	<b>-76,84%</b>

Fonte: SIAFI Web

Analisando o fluxo das atividades operacionais, na parte dos ingressos, o item que apresentou o maior montante de recursos foi o de Outros Ingressos Operacionais, com R\$ 319.231.234,01 de um total de ingressos de 319.389.624,95, em decorrência das Transferências Financeiras Recebidas. Este item compreende os recursos recebidos do MEC, e de outros órgãos, para pagamento das despesas orçamentárias tanto do exercício corrente quanto de Restos a Pagar que constituem obrigações contraídas em exercícios anteriores.

**Tabela 41 – DFC: Atividades Operacionais - Composição dos principais Ingressos R\$ 1,00**

**R\$ 1,00**

ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>158.390,94</b>	<b>84.190,39</b>	<b>88,13%</b>
Receita Agropecuária	8.935,00	12.279,47	-27,24%
Receita de Serviços	43.865,00	34.352,00	27,69%
Receitas Patrimoniais	101.808,30	13.638,90	646,46%
Outros	3.782,64	23.920,02	-84,19%
<b>Outros Ingressos Operacionais</b>	<b>319.231.234,01</b>	<b>317.145.864,91</b>	<b>0,66%</b>
Ingressos Extraorçamentários	262.219,40	206.917,16	26,73%
Transferências Financeiras Recebidas	318.555.888,12	316.687.778,47	0,59%
Outros	413.126,49	251.169,28	64,48%
<b>Total Ingressos Operacionais</b>	<b>319.389.624,95</b>	<b>317.230.055,30</b>	<b>0,68%</b>

Fonte: SIAFI Web

### 2.9.2. Ingressos de caixa

Os desembolsos relativos às despesas orçamentárias são apresentados na DFC por função de governo, diferentemente do BO (por grupo de despesa) e do BF (por elemento de despesa/categoria de gasto). A classificação orçamentária foi instituída pela Portaria MPOG nº 42, de 14 de abril de 1999.

Até o período, os desembolsos das atividades operacionais totalizaram R\$ 317.358.078,51. Desse total, o grupo mais representativo foi o “Pessoal e Demais Despesas”, com um montante de R\$ 263.481.212,63. Dentro deste grupo, a função Educação apresentou o maior montante, R\$ 209.497.264,94, o que representa 66,01% do total dos desembolsos do item, por estar relacionada à função precípua do órgão.

O segundo maior montante refere-se ao item de “Transferências Concedidas”, com R\$ 32.355.395,67.

Tabela 42 – DFC: Atividades Operacionais - Composição dos principais Desembolsos

R\$ 1,00

ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2022	31/12/2021	AH (%)	AV (%)
DESEMBOLSOS	-317.358.078,51	-308.456.391,20	2,89%	100,00%
Pessoal e Demais Despesas	-263.481.212,63	-252.840.601,58	4,21%	83,02%
Educação	-209.497.264,94	-201.305.071,41	4,07%	66,01%
Previdência Social	-53.983.947,69	-51.535.530,17	4,75%	17,01%
Transferências Concedidas	-32.355.395,67	-34.330.919,82	-5,75%	10,20%
Outros Desembolsos das Operações	-21.521.470,21	-21.284.869,80	1,11%	6,78%

Fonte: SIAFI Web